

*A busca da Natureza na selva da cidade: um paralelo entre a *physis* aristotélica e a Natureza na obra *Marcovaldo*, de Ítalo Calvino.*

Débora Mariz*

RESUMO

Esta comunicação visa refletir sobre a relação do homem moderno com a Natureza a partir da análise do conceito de *physis* no pensamento aristotélico. A investigação dessa questão implicará o desafio de transpor o pensamento de Aristóteles para a nossa realidade, adaptando-o para a sociedade moderna.

Para tanto, faremos um paralelo entre o conceito aristotélico de natureza, descrito na *Física* e na *Metafísica*, e o conceito de Natureza ilustrado na obra *Marcovaldo ou As estações na cidade*, do escritor italiano Ítalo Calvino. A escolha dessa obra literária deve-se ao seu personagem cômico e melancólico chamado Marcovaldo. Ele é um simples operário que busca a Natureza em meio à cidade industrial, transcendendo os signos da vida urbana e da sociedade de consumo.

Por meio deste paralelo, esperamos propor uma reflexão filosófica voltada para a necessidade de repensar o antropocentrismo moderno, à luz do paradigma ecológico e do paradigma grego de *cosmos*, em que o homem é parte integrante da ordem do mundo.

Palavras-chave: Natureza. Aristóteles. Ecologia.

Introdução

Esta comunicação visa refletir sobre a relação do homem moderno com a Natureza a partir da análise do conceito de *physis* no pensamento aristotélico. A investigação dessa questão implicará o desafio de transpor o pensamento de Aristóteles para a nossa realidade, adaptando-o para a sociedade moderna. O problema central que perpassa nossa reflexão será: seria possível ao homem moderno ter contato com a natureza, tal como a entendia os gregos? Para tanto, faremos um paralelo entre o conceito aristotélico de natureza, descrito na *Física* e na *Metafísica* de Aristóteles, e o conceito de Natureza ilustrado na obra *Marcovaldo ou As estações na cidade*, do escritor italiano Ítalo Calvino.

* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; graduada em Terapia Ocupacional e graduanda em Filosofia pela FAJE. E-mail: deboramariz@gmail.com

Ora, o que entendemos aqui por natureza? Poderíamos defini-la como tudo aquilo cuja existência independe de nós (homens) e que parece seguir um curso próprio, indiferente aos desejos humanos; nesse sentido, a natureza pode ser compreendida como mera contingência. Mas também poderíamos dizer que a natureza é a ordem conferida ao mundo, do qual também fazemos parte; nesse sentido podemos falar de compreensão da natureza, ou seja, de uma ordem que rege o mundo e é passível de inteligibilidade.

Optamos nesta apresentação por esta segunda definição de natureza, cuja origem remonta à antiguidade clássica, em que a necessidade de ordem era expressa na noção de *physis* (natureza). Tal noção perpassou séculos até chegar ao período medieval atrelando-se a noção cristã de Deus. No entanto, em nossa modernidade, esta ideia de ordem presente na natureza não está mais atrelada a uma inteligibilidade presente no mundo (*cosmos*), mas é um mecanismo decorrente do conhecimento humano que atribui uma ordem para o mundo a partir daquilo que imagina existir na natureza e que poderá ser expresso matematicamente e por meio de experimentos científicos.

Talvez possamos afirmar que esta mudança paradigmática no conceito de natureza levou a profundas modificações na maneira do homem lidar com o mundo. A obra *Marcovaldo ou As estações na cidade*, do escritor italiano Ítalo Calvino, ilustra bem as desventuras do homem moderno na tentativa de encontrar a Natureza na selva da cidade. Essa obra de literatura, inicialmente dedicada ao público juvenil, é composta por 20 contos relatando as aventuras de um mesmo personagem, chamado Marcovaldo. Ressaltamos que, nesta comunicação, utilizaremos apenas dois contos dessa obra.

1. O personagem Marcovaldo

Ítalo Calvino retrata o personagem Marcovaldo como um homem pobre, casado, pai de seis filhos que trabalha como carregador em uma fábrica. O primeiro conto dessa obra, intitulado “Cogumelos na cidade”, apresenta algumas de suas características:

Marcovaldo tinha um olho pouco adequado para a vida da cidade: avisos, semáforos, vitrines, letreiros luminosos, cartazes, por mais estudados que fossem para atrair a atenção, jamais detinham seu olhar, que parecia perder-se nas areias do deserto. Já uma folha amarelando num ramo, uma pena que se deixasse prender numa telha, não lhe escapavam nunca: não havia mosca no dorso de um cavalo, buraco de cupim numa mesa, casca de figo se desfazendo na calçada que Marcovaldo não observasse e comentasse, descobrindo as mudanças da estação, seus desejos mais íntimos e as misérias de sua existência. (CALVINO, 1994, p.7)

Todos os contos dessa obra ilustram a busca desse protagonista, cômico e melancólico, pela Natureza em meio à cidade industrial; ele é movido por um desejo de transcender os

signos da vida urbana e da sociedade de consumo, mas sua busca sempre acaba mal, como veremos a seguir.

No referido conto, Marcovaldo ao aguardar o bonde que o leva ao trabalho, certo dia observa o crescimento de cogumelos ao pé de uma árvore, no canteiro da avenida. Imediatamente, pensa consigo mesmo: “são cogumelos de verdade... rompendo a terra bem no coração da cidade!” (Ibid., p.8). Diante dessa descoberta e vislumbrando a possibilidade de ter uma refeição requintada, ele chega eufórico em casa e conta para sua família sobre os cogumelos, sem, contudo, revelar onde eles estão crescendo; afinal, tinha medo das crianças os apanharem antes do tempo. À primeira chuva, Marcovaldo e sua família vão colher os tão esperados cogumelos sonhando com uma “bela fritada”.

No local da colheita, eles se deparam com Amadigi, o varredor de rua, com um cesto cheio de cogumelos debaixo do braço, dizendo que há cogumelos ainda maiores na avenida em frente, mas que não sabe se eles são próprios para o consumo. Marcovaldo, encantado com a possibilidade de comer cogumelos ainda maiores, desconsidera a dúvida do varredor e convida todos os que esperavam o bonde no ponto dizendo: “Ei, vocês aí! Cresceram cogumelos aqui na rua! Venham comigo! Tem pra todo mundo!” (Ibid., p.10) Na falta de cestos, os que aguardavam o bonde usaram os guarda-chuvas abertos para carregar a colheita e foram para casa. A colheita, porém, não acabou bem, eles se reencontraram na mesma noite, “no mesmo setor do hospital, depois da lavagem estomacal que os salvou do envenenamento” (Ibid., p.10).

No outro conto dessa mesma obra, intitulado “A chuva e as folhas”, Marcovaldo se compadece da planta que ornava o hall de entrada da fábrica em que trabalhava. A planta, murcha e sem vida, preocupa o protagonista que resolve leva-la para sua casa, amarrando-a a sua bicicleta. No dia seguinte, a planta após tomar chuva e ficar ao relento, mostra sinais de saúde e crescimento. Marcovaldo não acreditava no que via: “a planta agora tapava meia janela, as folhas haviam pelo menos dobrado de número, e não estavam mais vergadas sob o próprio peso, mas retas e pontiagudas como espadas” (Ibid., p.92). Após o final de semana, o protagonista leva a planta de volta à fábrica, mas agora, teve dificuldade ao transportá-la em decorrência do seu crescimento.

O patrão pergunta a Marcovaldo onde está a planta e ele responde “Está lá fora. Venha.” Mas o patrão não a reconhece e ao ver que a planta tornou-se uma árvore, pede

enfurecido que ele a devolva ao viveiro, pois deste tamanho ela não poderá ser colocada na entrada. Marcovaldo, então, retira novamente a planta árvore da fábrica, mas dessa vez,

um cortejo de motos e carros e bicicletas e jovens se pusera a seguir a árvore que passava pela cidade... e gritavam: “O baobá! O baobá!”, e com sonoros “Oooh!” de admiração acompanhavam o amarelar das folhas. Quando uma folha caía e voava, muitas mãos se erguiam para colhê-la no ar.

Começou a ventar; as folhas de ouro, em rajadas, moviam-se a meia altura, esvoaçavam. Marcovaldo ainda acreditava ter atrás de si a árvore verde e copada, quando de repente – talvez se sentindo sem proteção contra o vento – virou-se. Não havia mais árvore: só um fino espeto do qual partia uma auréola de pedúnculos nus, e ainda uma última folha amarela lá em cima. [...] arrancou também a última folha que de amarela se tornou cor de laranja depois vermelha violeta azul verde depois de novo amarela e depois desapareceu. (Ibid., p.95)

Estes dois contos apresentam situações presentes em todos os demais contos dessa obra, a saber: (1) a procura constante do protagonista por sinais de vida animal ou vegetal na cidade, (2) o sonho de uma integração do homem com a natureza e (3) a decepção inevitável diante da não realização desse sonho.

Em uma leitura apressada dessas histórias, poderíamos interpretar ingenuamente que Marcovaldo é um sonhador, um romântico que busca uma natureza idealizada nas plantas e nos animais. No entanto, este personagem ilustra a hostilidade do mundo civilizado e a desarmonia do homem moderno com o ambiente que em reside, sem, contudo, condenar a civilização moderna a favor de um sentimento nostálgico pelo passado pré-industrial.

A esse respeito, Ítalo Calvino explica no *Posfácio* dessa obra que “o amor de Marcovaldo pela natureza é aquele que pode nascer apenas num homem da cidade; por isso não podemos saber nada da sua origem extraurbana; esse estranho à cidade é o cidadão por excelência” (Ibid., p.141). E, acrescentamos, Marcovaldo é estranho à cidade, pois o homem tornou-se estranho em seu próprio mundo, ao despojar-se de uma harmonia com a natureza. Esta harmonia está presente no pensamento grego, como veremos agora na concepção de *physis* em Aristóteles.

2. A concepção de natureza (*physis*) em Aristóteles

No livro Λ da *Metafísica*, Aristóteles nos apresenta as diversas acepções do termo natureza (*physis*): (a) a origem das coisas que crescem, (b) a parte de algo responsável pelo seu próprio crescimento, (c) a origem do movimento das coisas que têm em si a capacidade de se moverem, (d) a matéria da qual é feito determinado objeto, (e) a substância de algo que possui em si mesmo seu princípio de crescimento (cf. *Metaph. Λ* , 4, 1014b 17-35). Aristóteles

ênfatiza que num sentido primário, natureza se refere a essa última acepção, ou seja, (e) “à substância das coisas que possuem em si mesmas o princípio de movimento” (Metaph. A, 4, 1015a 14-15), e, enquanto tal, essa substância diz respeito tanto aos seres eternos quanto aos seres corruptíveis, sujeitos ao devir, dentre os quais o homem se encontra.

Na concepção aristotélica de natureza está implícita a noção de um cosmos ordenado e eterno, em que tudo tem uma finalidade. A noção de fim (*telos*) constitutiva na natureza é entendida pelo Estagirita como o *bem* (*agathon*), ou seja, como “aquilo a que todas as coisas tendem” (EN I, 1, 1094^a 1-2), e indica essa regularidade do cosmos a que nos referimos. No livro A da *Metafísica*, o filósofo diz:

Todas as coisas – peixes, aves, plantas – estão ordenadas conjuntamente de certa maneira, mas não da mesma maneira; e o mundo não se encontra em um estado tal que um ser não tenha nenhuma relação com um outro, mas eles se encontram em relações mútuas, pois tudo está ordenado para um fim. Passa-se com o mundo, como em uma casa, onde os homens livres não estão de tal modo submetidos a fazer isto ou aquilo, conforme a ocasião, mas todas as suas funções, ou a maior parte delas, se encontram reguladas; para os escravos e os animais selvagens, ao contrário, não existem senão poucas coisas que tenham relação com o bem comum e a maioria dessas coisas são deixadas ao acaso. Tal é, com efeito, o princípio que constitui a natureza de cada um. (Metaph. A, 10, 1075^a 16-25).

O caráter teleológico da natureza, ao qual se refere o Estagirita nessa passagem, é marcado por uma ordenação das coisas de acordo com o fim que lhes é próprio, o que garante a particularidade de cada uma delas na natureza. Além disso, essa ordenação das coisas na natureza diz respeito, também, à inter-relação entre elas, que não se dá simplesmente ao acaso, mas visa ao bem comum. Cabe ressaltar que, apesar de Aristóteles se referir ao fato de que existam, na natureza, algumas coisas mais ordenadas do que outras, por exemplo, os homens livres em relação aos escravos, isso não implica que esses últimos não contribuam para o bem comum. Afinal, como diz o filósofo nessa mesma passagem, todos eles têm como princípio constitutivo a ordenação para um fim, fim este que é próprio a cada coisa, mas tem uma dimensão que poderíamos dizer “comunitária”, já que não se encerra em si mesmo.

Essa teleologia da natureza está presente, também, em diversas passagens dos tratados biológicos, em que o filósofo afirma que “a natureza não faz nada em vão”, marcando a regularidade da natureza em oposição à irregularidade que poderia determiná-la, a qual denomina *acaso* ou *espontaneidade*. O *acaso* e a *espontaneidade*, por sua vez, são causa concomitante dos seres e neles não há regularidade (cf. Ph. II, 5, 197^a 32-35); portanto, não há ciência (cf. Metaph. E, 2, 1026^b 2), pois somente é possível a investigação das coisas

necessárias que ocorrem sempre ou no mais das vezes. Apesar dos seres inscritos no mundo sublunar estarem sujeitos à corrupção, observa Guth (2006), há uma necessidade (*ananke*) que se inscreve no devir e configura uma regularidade, possibilitando, assim, a sua investigação. Essa regularidade caracterizada pelo fim próprio a cada ente garantirá a investigação de Aristóteles no âmbito da física, da biologia, da ética, bem como da política.

Quando Aristóteles define o âmbito da atividade humana relativa ao devir como contingente e variável, ele distingue uma atividade produtiva, a *poiesis*, e uma atividade prática, a *práxis*. E, ao fazê-lo, o filósofo parece apartar a dimensão técnica, tão presente nos seus predecessores, daquilo que é próprio à excelência humana, ficando essa última referida ao domínio da *práxis*. Para Berti (1997, p.65), por exemplo, a realização da plenitude humana para Aristóteles só é possível na medida em que o homem participa da comunidade política, participação essa que se dá pelas suas ações, que possuem fim em si mesmas e se relacionam diretamente com a virtude. Já as produções dizem respeito às ações que servem como meio para atingir determinado fim que lhes é externo.

3. A relação do homem moderno com a Natureza

Na *Ética Nicomaquéia*, Aristóteles nos mostra que o homem, enquanto ser natural, tem uma função que lhe é própria e que, conseqüentemente, a sua realização implica o fim (*telos*) para o qual a natureza lhe constituiu. Como vimos anteriormente, a teleologia que permeia toda a filosofia aristotélica determina aqui sua antropologia. O fim da vida humana é a felicidade (*eudaimonia*) (cf. EN I, 9, 1099b 18-25) e o fim (*telos*), explica Aristóteles, corresponde ao bem próprio a uma determinada coisa, ou seja, àquilo para que existe (cf. EN I, 7).

A felicidade não se encontra, pois, dada na natureza, e, por isso mesmo, o homem deve produzir as condições para alcançar sua completude, realizando plenamente suas capacidades. Essa completude reside numa harmonia do homem com a ordem da natureza e não é outra coisa que a excelência na realização da função que lhe é própria, a qual só pode se dar pelo seu agir (cf. EN IX, 9, 1169^b 28-32). Assim, como nos explica o Estagirita, a felicidade consiste na realização da função humana, no bem-viver e no bem-agir que se compraz na realização de ações virtuosas (cf. EN I, 3, 1095^a 3-7).

Mas se, tal como explicitamos no pensamento aristotélico, a felicidade implica uma harmonia com a ordem da natureza, por que é tão difícil ao homem moderno encontrar essa harmonia?

Retomando os dois contos da obra *Marcovaldo*, percebemos que o homem moderno transformou sua relação com a natureza, transformando-a de maneira utilitária, tal como expressa o padrão de Marcovaldo ao pedir enfurecido para ele devolver a planta que não poderia mais ornamentar a entrada da fábrica. O protagonista desses contos, apesar de buscar incessantemente uma ordem da natureza presente na cidade, não a encontra, pois na cidade moderna não cabe mais a contemplação da ordem do mundo, tal como os gregos pensavam. Apesar de suas desventuras, Marcovaldo não desiste de suas tentativas, talvez porque ele ilustre a necessidade humana de procurar uma ordem para o mundo que o cerca.

Tal como pensou Aristóteles, se tudo na natureza tem uma finalidade que lhe é própria e há uma harmonia entre essas finalidades, por pertencerem todas elas ao *cosmos*; talvez, o desconforto de Marcovaldo na cidade resida no não encontro dessa ordem do mundo. É como se o homem estivesse apartado da natureza, como se ele não mais fizesse parte dessa ordem do cosmo, pois para a modernidade a razão humana é o fundamento de todo agir e compreender o mundo.

Não há, na modernidade, nenhum fundamento para a ordem do mundo exterior ao próprio homem. Por isso Marcovaldo é cômico e melancólico. Nesse sentido, ele considera a planta um ser vivo, dotado de alma, tal como na concepção aristotélica, mas, para a modernidade, a planta é apenas um enfeite que deverá adaptar-se aos espaços artificialmente construídos pelo homem, como a fábrica. Ele encontra cogumelos nascendo no coração da cidade, mas estes não são próprios para o consumo, pois o homem perdeu sua intimidade com a natureza e com a própria tradição que lhe dizia o que poderia ou não ser consumido. Nesse conto, vale ressaltar a importância da tecnologia para o homem moderno, pois se não fossem os desenvolvimentos científicos, talvez o protagonista tivesse morrido intoxicado.

Ora, o desconforto de Marcovaldo na cidade, aponta para a necessidade de repensarmos nossa relação com o mundo, com a natureza, sem, contudo, cairmos no discurso vazio do retorno a um passado idealizado. Como poderemos alcançar tal harmonia do homem com a ordem do mundo?

Quando o homem moderno conseguir superar a sua relação com o fazer, construindo ações que reúnam em si mesmas a dimensão prática e poética, em contraste com a cisão feita pelo pensamento aristotélico. Pensamos que da unidade entre a *práxis* e a *poiêsis*, ou seja,

entre o produzir e o agir humanos, poderemos contemplar essa ordem do mundo, nos harmonizando com ela por encontrar nessa relação o sentido da própria vida.

Para tanto, tal como explica o Estagirita, é necessário um processo de habituação que consiste numa autoprodução da natureza humana, através da própria ação do agente. Esse processo se justifica pela perspectiva teleológica que caracteriza toda a sua concepção de natureza para Aristóteles. Tudo na natureza tende a um fim (*telos*) que lhe é próprio; contudo, a natureza humana, que se encontra inscrita na contingência e no devir, não é totalmente determinada, tendo em si certo princípio de indeterminação. Essa indeterminação, por sua vez, é a condição de possibilidade que faz com que o homem possa tornar-se excelente e cumprir, assim, com o fim que lhe é próprio, ou tornar-se vicioso, comprometendo a plena realização do que o singulariza na natureza.

Diferentemente dos demais animais cuja finalidade da natureza lhes é alcançada pelo seu desenvolvimento natural, ou seja, pela maturação de suas partes corporais, o homem necessita, além dessa maturação, de um desenvolvimento de suas capacidades da alma, mais precisamente da capacidade desiderativa e da capacidade intelectiva, pois ele deverá harmonizar os seus desejos com a razão, devendo obedecê-la, posto que a ação virtuosa é a ação em conformidade com a razão (*logos*). Desse modo, o homem é capaz de modelar o seu caráter de maneira virtuosa ou viciosa, deliberando acerca de suas ações, refreando e direcionando suas afecções através dessa capacidade intelectiva.

Ora, de que maneira o homem moderno tem refreado e direcionado suas afecções, em um mundo onde reina o marketing e a “necessidade” do consumo? Certamente, será necessária uma pedagogia das afecções que conduza o homem a buscar uma relação mais harmoniosa com a natureza, refreando e orientando os seus desejos através da razão e, assim, alcançar a sua excelência.

Para tanto, é necessário ao homem estabelecer um estado habitual relativo tanto às capacidades intelectuais quanto às capacidades não intelectuais e, mais precisamente, àquela que diz respeito aos desejos humanos. A felicidade (*eudaimonia*), por sua vez, não é por nós entendida como um produto exterior à ação, nem um produto independente da prática. Consideramos, assim, que no pensamento ético do Estagirita ela reside na própria ação virtuosa e, mais precisamente, numa certa estabilidade das ações excelentes, ao longo da vida do agente, estabilidade essa concedida ao homem pelo estado habitual que ele configura em si

mesmo e que determina sua relação com o mundo, pois um homem não vive isolado dos demais seres humanos e faz parte da ordem da natureza.

Considerações finais

Por meio deste paralelo entre o pensamento aristotélico e a obra literária de Ítalo Calvino esperamos contribuir para a necessidade de repensar o antropocentrismo moderno, à luz do paradigma grego de *cosmos*, em que o homem é parte integrante da ordem do mundo.

Propomos, então, reunir dois conceitos aristotélicos, a saber, o de *práxis* e o de *poiesis*, para que o homem reencontre essa ordem do mundo em sua própria ação. Visto que o homem moderno é marcado pelo uso instrumental da natureza, ele perdeu os reflexos ético-políticos presentes nessa dimensão produtiva. A unidade dessas duas dimensões do fazer humano (prático e poiético) contribui para a realização da finalidade da natureza humana, a saber, a felicidade.

Entretanto, esta felicidade não pode ser pensada fora da relação harmoniosa do homem com a natureza, pois tudo se encontra em relações mútuas e ordenadas para um fim. Assim, a finalidade do homem está atrelada à finalidade da natureza (*physis*), pois quando o homem realiza o fim que lhe é próprio, conseqüentemente, realiza o fim próprio à natureza. A crise ambiental e ética que vivenciamos na atualidade é, justamente, a não realização dessa dimensão teleológica da natureza.

Referências

ARISTOTE. *L'Éthique a Nicomaque*. 2ed. Trad. René Antoine Gauthier et Jean Yves Jolif. Louvain/ Paris: Publications Universitaires/ Beatrice Nauwelaerts, 1970.

ARISTOTE. *Politique*. Ed. et Trad. Jean Aubonnet. Paris: Les Belles Lettres, 1986.

ARISTOTLE. *Metaphysics*. In: The words of Aristotle translated into english. Trad. W. D. Ross. London: Oxford, 1954.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

ARISTÓTELES. *Física*. Trad. Ute Schmidt Osmanczik. México: UNAM, 2001.

ARISTOTLE. *Oxford Classical Texts*. Ed. J. Bywater. Oxford: Clarendon Press, 1894, reimpr. 1957.

BERTI, E. *Aristóteles no Século XX*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 1997.

CALVINO, Ítalo. *Marcivaldo ou As estações na cidade*. Trad. Nilson Moulin. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GUTH, V. “*Aristote: la nature ne fait rien en vain*”. Disponível em: <<http://www.ac-reunion.fr/pedagogie/philo/AristoteNat.htm>> Acesso em: 19 set. 2006.